

Classificação para literatura brasileira: ampliação da Classificação Decimal Universal (CDU) enquanto potencial educativo da ordenação do acervo

Classification for Brazilian literature: expansion of the Universal Decimal Classification (UDC) as an educational potential of the ordering of the collection

Raquel Juliana Prado Leite de Sousa

Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Docente no Claretiano Centro Universitário.

quel.leite@gmail.com

Larissa Alves da Silva

Graduada em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

larissa.alves84@gmail.com

Ana Paula Bronzatti

Graduanda em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

anapaulabronzatti@gmail.com

Jéssica Fabiana da Silva Ramos

Graduanda em Biblioteconomia e Ciência da Informação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar).

jessicafabiana.ramos@gmail.com

Fernando Brito da Costa Dias

Mestrando em Ciência da Informação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Analista Sociocultural Bibliotecário na Secretaria de Estado de Educação de São Paulo.

fernandobrito_fer@hotmail.com

RESUMO

O presente estudo visa a realizar uma análise e reflexão acerca da classe 821 Língua, Linguística e Literatura da CDU, com o intuito de desenvolver uma proposta de ampliação da classificação para a Literatura Brasileira capaz de desvinculá-la da Literatura de Portuguesa, destacar suas particularidades e melhorar as possibilidades de organização e recuperação em bibliotecas escolares. O trabalho foi feito no contexto de uma disciplina introdutória sobre representação temática, utilizando a Aprendizagem Baseada em Projetos como método de ensino. A CDU é uma classificação bibliográfica criada para ser extensível, abranger o conhecimento em sua universalidade bem como abarcar suas particularidades, características que permitem adaptações. Primeiramente, foi feito o estudo do referencial teórico, analisando-se a teoria e a prática da classificação bibliográfica e a história da Literatura Brasileira. Em seguida, utilizando procedimentos de caráter experimental, foi formulada uma classificação baseada nos períodos literários brasileiros e nos gêneros literários. Por fim, a classificação foi empregada em um acervo real, apenas a título de teste, quando foram reparadas as falhas observadas. A partir dos resultados obtidos, considera-se que tal ampliação possui grande potencial de aplicação local, permitindo ao usuário relacionar assuntos e expandir suas percepções acerca do tema, além de contribuir diretamente com a demanda de conhecimento sobre literatura. Ao final, indica-se a inclusão da literatura indígena, possibilitando relacionar os diferentes estilos literários brasileiros que traduzam sua diversidade cultural.

Palavras-chave: Classificação Decimal Universal (CDU); Prática da classificação bibliográfica; Literatura Brasileira.

ABSTRACT

This study aims to carry out an analysis and reflection on the UDC 821 class, Language, Linguistics and Literature, with the aim of developing a proposal to expand the classification for Brazilian Literature capable of detaching it from Portuguese Literature, highlighting its particularities and improve the

possibilities of organization and recovery in school libraries. The research was done in the context of an introductory course on thematic representation, using Project Based Learning as a teaching method. The UDC is a bibliographic classification created to be extensible, to cover knowledge in its universality as well as to cover its particularities, characteristics that allow adaptations. First, the construction of the theoretical framework was made, analyzing the theory and practice of Bibliographic Classification and the history of Brazilian Literature. Then, using experimental procedures, a classification was formulated based on Brazilian literary periods and literary genres. Finally, the classification was used in a real collection, only as a test, when the observed flaws were repaired. From the results obtained, it is considered that such expansion has great potential for application, allowing the user to relate issues and expand their perceptions about the theme, in addition to directly contributing to the demand for knowledge about literature. At the end, the inclusion of indigenous literature is indicated, making it possible to relate the different Brazilian literary styles that reflect their cultural diversity.

Keywords: Universal Decimal Classification (UDC); Bibliographic classification practice; Brazilian Literature.

1 INTRODUÇÃO

Todos cantam sua terra
Também vou cantar a minha
Nas débeis cordas da lira
Hei de fazê-la rainha.
Casimiro de Abreu

De acordo com Piedade (1983, p. 16) “classificar significa dividir elementos em grupos, reunir coisas, assuntos e seres de acordo com cada característica em comum ou incomum, analisando as diferenças e semelhanças entre os grupos”. Segundo Ortega (2013, p. 10), “os sistemas de classificação bibliográfica são, dentre as linguagens documentárias, aqueles que se caracterizam, em termos de sua estrutura, por uma hierarquia, e em termos de sua função, pela vocação para a ordenação de documentos”.

Os sistemas de classificação bibliográfica podem ser considerados uma das maiores criações humanas, visto que influenciaram de forma significativa a organização do conhecimento e possibilitaram novas formas de analisar e relacionar assuntos diversos. Sendo assim, a escolha de um sistema compatível com o acervo é de suma importância, o qual deve se adequar à biblioteca e se renovar juntamente com a coleção, tendo em vista seu contínuo crescimento. Além disso, deve considerar a necessidade do usuário a fim de agilizar o processo de busca e acesso, poupando o tempo do leitor, como prevê a quarta lei de Ranganathan.

A Classificação Decimal Universal (CDU), enquanto sistema de classificação bibliográfica, compreende a possibilidade de representação uniformizada, segundo critérios que contemplam organização, recuperação, acesso e disseminação da informação obedecendo a uma hierarquia decimal fundamentada, em sua origem, na

Classificação Decimal de Dewey (CDD). Como um sistema analítico-sintético, a CDU apresenta características enumerativas e também admite a síntese de conceitos para a representação de assuntos complexos e compostos. Sua notação é mista, utilizando-se de números, letras e sinais gráficos, os quais funcionam como indicadores de faceta e marcam relações entre os assuntos e aspectos dos documentos (SIMÕES, 2008). A CDU, que também é considerada uma classificação semi facetada, cobre todas as áreas do conhecimento, tendo sido publicada em 50 línguas, contando com 70.000 divisões de assunto e sendo utilizada em 200.000 acervos em 130 países (UDC Consortium, 2018).

Para a realização deste trabalho, selecionou-se como tema a classificação bibliográfica para organização de acervos de Literatura Brasileira, partindo da seguinte questão: seria possível ampliar a CDU a fim de prover notações mais precisas pertinentes para a Literatura Brasileira, destacando-a da Literatura Portuguesa e salientando suas particularidades? Dessa forma, a presente pesquisa tem como objetivo explorar uma possível ampliação da classe 821 da CDU para a representação da Literatura Brasileira, de modo a incluir subdivisões mais específicas que enfatizem seus estilos, épocas e contextos, desvincilhando-a da Literatura Portuguesa.

A proposta de ampliação se justifica frente à necessidade de se repensar a ordenação dos documentos no acervo, principalmente em bibliotecas escolares ou especializadas em literatura, a fim de permitir que o usuário amplie suas possibilidades de aprendizagem e aprofundamento sobre literatura através de um acesso mais rápido, uma vez que a classificação utilizada interfere diretamente na ordenação dos documentos, ou seja, na forma como eles serão dispostos nas estantes ou em meio eletrônico e, conseqüentemente, oferecidos aos usuários. Dito de outro modo, partimos do princípio de que a classificação pode ampliar o potencial educativo quando do acesso ao acervo, possibilitando uma ordenação que reflita os aspectos históricos e estilísticos da Literatura Brasileira.

De acordo com Ortega (2013, p. 10),

[...] classificar documentos não se refere apenas à entidade assunto porque não se trata de classificar os conhecimentos dos documentos, mas de ordenar documentos quanto a diversas características, como público, origem, tipologia documental, assuntos, outros.

Dessa forma, pretende-se abarcar a teoria literária enquanto uma das entidades a serem consideradas na classificação de textos literários.

Na seção 2, para não extrapolar o limite do texto, trazemos o aporte teórico relativo à teoria literária, tendo-se decidido não englobar a teoria da classificação bibliográfica, referencial já muito bem desenvolvido na Ciência da Informação. Ressalta-se que os procedimentos de pesquisa englobaram o estudo da teoria e da prática da classificação, mas ele não será apresentado neste texto, pelo motivo acima descrito. Em seguida, na seção 3, explicitamos os procedimentos de ampliação, reformulações e testes da classificação em um acervo real. Na seção 4, mostramos a hierarquia classificatória criada e seus detalhes de utilização. A seção 5 encerra o trabalho com uma reflexão sobre o potencial educativo da ordenação do acervo e sugestões para novos trabalhos.

A pesquisa foi feita no contexto das atividades de uma disciplina introdutória sobre representação temática do curso de graduação em Biblioteconomia e Ciência da Informação da Universidade Federal de São Carlos, utilizando a Aprendizagem Baseada em Projetos com o intuito de oferecer aos graduandos maior compreensão teórica e prática sobre a teoria da classificação bibliográfica, por isso o ‘sistema’ criado foi apenas testado, mas não aplicado; além disso, não tem a pretensão de ser incorporada à CDU. Como se trata de disciplina introdutória, cuja ementa não englobava o estudo da CDU, não se exigiu dos alunos conhecimentos avançados sobre esse sistema.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Assim como as classificações bibliográficas, a literatura pode ser considerada um sistema. De acordo com Candido (1997a, p. 23), é necessário diferenciar manifestações literárias (obras tomadas separadamente) de “[...] literatura propriamente dita, considerada aqui um sistema de obras ligadas por denominadores comuns, que permitem reconhecer as notas dominantes de uma fase”. Para o autor, mais do que as características internas como língua, temas e imagens, tais denominadores também englobam a natureza social e psíquica do ser humano, além de três elementos essenciais:

[...] um conjunto de produtores literários, mais ou menos conscientes de seu papel; um conjunto de receptores, formando diferentes tipos de público, sem as quais a obra não vive; um mecanismo transmissor (de modo geral, uma linguagem, traduzida em estilos), que liga uns aos outros. (CANDIDO, 1997a, p. 23)

No início da história brasileira, a literatura não funcionava como um sistema, ou seja, não existia um conjunto de obras ligadas por esses denominadores comuns, sendo que os primeiros textos, que narravam as descobertas e as paisagens, bem como os poemas e peças de Anchieta, tratavam-se apenas de manifestações literárias. Foi no século XVI, com o Barroco, que surgiu no país a literatura como um sistema de autores, receptores e transmissores. Entretanto, foi somente no século XVIII, no Arcadismo, que se começou a desenvolver o que se pode chamar de uma literatura com traços nacionais, adquirindo maior esboço no século XIX, durante o Romantismo (CANDIDO, 1997a), considerado por Veríssimo (1915) como nossa emancipação literária. Segundo Bosi (2010, p. 12), “o limite da consciência nativista é a ideologia dos inconfidentes de Minas, do Rio de Janeiro e do Recife”, mas é necessário diferenciar o nativismo estático, ou seja, que apenas menciona a paisagem local, do nativismo dinâmico, o qual integra efetivamente o ser humano e o ambiente. Para Bosi (2010), apesar da Literatura Brasileira árcade buscar influências do liberalismo e da burguesia francesa, isso já indica uma ruptura com a ideologia portuguesa e uma busca por novos modos de assimilação da cultura europeia. Para Romero (1949, p. 55),

Todo e qualquer problema histórico e literário há de ter no Brasil duas faces principais: uma geral e outra particular, uma influenciada pelo momento europeu e outra pelo meio nacional, uma que deve atender ao que vai pelo grande mundo e outra que deve verificar o que pode ser aplicado ao nosso país.

Veríssimo (1915) explica que o início da colonização do Brasil coincide com o período áureo da Literatura Portuguesa, mas esse brilhantismo não se estendeu à Colônia; entretanto, a capacidade literária do português influenciou as primeiras letras em território brasileiro. Foi o período da chamada literatura de informação, marcada pelas crônicas de documentação da terra e da população, a qual ajudavam a planejar e a prestar contas das incursões exploratórias e, também, a saciar a curiosidade sobre a exuberância da nova terra. Apesar dessa literatura ‘novidadeira’, a cultura indígena não despertou o interesse dos literatos na Colônia, pois:

A gente que a habitava, broncos selvagens sem sombra de literatura, e cujos mitos e lendas passaram de todo despercebidos aos primeiros colonizadores e a seus imediatos descendentes, não podia de modo algum influir na primitiva emoção poética brasileira” (VERÍSSIMO, 1915, p. 14)

Entretanto, conforme afirma Bosi (2010), apesar de a literatura de informação não poder ser considerada como sistema literário, em épocas de reações contra processos de europeização, suas crônicas foram buscadas como uma forma de voltar às origens e compreender a gênese do pensamento literário brasileiro, como fizeram alguns românticos e modernistas.

Além das crônicas, a literatura jesuítica marcou o século XVI, com textos informativos sobre a terra e os nativos, mas de caráter pedagógico e moralizador (BOSI, 2010). Segundo Zilberman (1994a), Anchieta, o jesuíta mais conhecido e influente, chegou a escrever poemas em tupi-guarani, mas com cunho cristão e que não abrangia os valores e culturas indígenas.

Mais tarde, no século XVII, período conhecido como Barroco, a Literatura Brasileira foi constituída quase que exclusivamente por poesias (VERÍSSIMO, 1995), cuja influência estética era o Barroco Ibérico (ou cristão) (ZILBERMAN, 1994a). Zilberman (1994a, p. 62) explica que, no século XVIII, o Barroco conviveu com o Arcadismo e que a adesão a essas escolas garantia reconhecimento local e estrangeiro aos escritores, mas os afastou a possibilidade de criação de uma identidade própria: “raras são as ocasiões em que seus textos mencionam a terra e/ou sociedade brasileira e, quando ocorre, é para caracterizar a inferioridade americana em relação aos similares europeus”. Veríssimo (1915) ressalta que, durante o período colonial, a língua utilizada pelos escritores brasileiros era exatamente a mesma de Portugal, pois não havia ocorrido influência suficiente para que surgisse um falar brasileiro, pelo menos na literatura.

Bosi (2010) explica que a estética do Arcadismo foi marcada pela busca ao natural e ao simples e também ao racionalismo, indicando que não houve contraste entre o bucólico e o racional, mas uma justaposição de dois momentos: o momento poético, que expressa o encontro do homem comum com a natureza (Arcádia), e o momento ideológico, que critica a burguesia culta e os abusos da Coroa (Ilustração).

Veríssimo (1915) chama de “fingimentos pastoris” a alusão dos poetas brasileiros árcades ao bucolismo, temática que não é somente portuguesa, mas também italiana e espanhola. Segundo Bosi (2015), a inspiração italiana insere as ideias de fantasia e de prazer na poesia, já a francesa se baseia no enciclopedismo e permite cumprir com a exigência árcade da razão. O autor ainda destaca que a poesia bucólica sempre ganhou lugar em épocas de crescimento do urbanismo, sendo que a temática revela o embate entre o burguês culto (razão) e o aristocrata do sangue (natureza):

A partir do século XVIII, o binômio campo-cidade carrega-se de conotações ideológicas e afetivas que vão se constelando em torno das posições de vários grupos sociais “[...], o burguês, ainda sob a tutela da nobreza, via o campo com olhos de quem cobiça o Paraíso proibido idealizando-o como reino da espontaneidade.” (BOSI, 2010, p. 61).

Segundo Veríssimo (1915, p. 67, grifo nosso), “verdadeiramente é do século XIX que podemos datar a existência de uma literatura brasileira, **tanto quanto pode existir literatura sem língua própria**”. De acordo com Zilberman (1994a), em 1826 o poeta Almeida Garret já denunciara a ausência da expressão local na poesia brasileira do século XVIII: “[...] parece que receiam de se mostrar americanos; e daí lhes vem uma afetação e impropriedade [...]” (GARRET, 1904, p. 356 apud ZILBERMAN, 1994a, p. 62). Para a autora, a adesão a escolas literárias portuguesas garantia a valorização dos escritores brasileiros, inclusive quando os textos se referiam às particularidades do país era no intuito de criticá-las, sendo os românticos os primeiros a mencionarem a terra e o povo brasileiro de forma dinâmica.

Veríssimo (1915) explica que a primeira geração romântica é ostensivamente patriótica e também religiosa e moralizante, além de extremamente pessimista. Entretanto, esse patriotismo não significava antimonarquismo, pois essa geração era fervorosamente monarquista. De acordo com o autor, ao contrário de seus antecessores, os escritores românticos receberam educação literária no Brasil e utilizavam a língua conforme os costumes do país.

Usam mais comumente dos tempos compostos dos verbos, à francesa ou à italiana. Refogem ao hábito clássico português de nas suas orações de gerúndio começá-las por *ele*. Colocam os pronomes oblíquos segundo *lhes* pede o falar do país e não conforme a prosódia portuguesa, que entra então a ser aqui motivo de chufa e troça. Usam de extrema e até abusiva liberdade no colocá-los. Dão maior extensão a certas preposições. A forma do modo finito seguido de um infinitivo com preposição à maneira portuguesa, preferem a do infinito seguido de gerúndio. E propositadamente, ou propositalmente, como escrevem segundo aqui *soa*, empregam vocábulos de origem americana ou africana, já perfilhados pelo povo. (VERÍSSIMO, 1915, p. 77)

Veríssimo (1995) também afirma que os escritos da primeira geração do Romantismo são menos artificiosos do que os portugueses, o que cria uma arte ingênua e

dotada de um estilo ‘primitivo’, sendo que a simplicidade extrema se configurou como umas das principais características da segunda geração romântica.

De acordo com Bosi (2010), o Romantismo dinamizou os mitos de nacionalismo e de heroísmo, o que resultou em um momento de afirmação cultural nas Américas. Veríssimo (1915) destaca o nome de José de Alencar, conservador na política e revolucionário nas letras, primeiro a inserir o índio no romance brasileiro.

Segundo Zilberman (1994b), José Gonçalves de Magalhães, além de introduzir o Romantismo no Brasil, também iniciou os estudos sobre história da literatura nacional, defendendo que o modelo literário brasileiro deveria apresentar caráter nacional e fugir da imitação europeia. Entretanto, Bosi (2010) ressalta que é preciso evitar uma visão romântica do Romantismo, pois o amor à pátria não foi uma regra entre os autores.

De acordo com Candido (1997b), o desenvolvimento de uma literatura nacional atingiu sua verdadeira expressão no Romantismo, em especial por causa do contexto da Independência do Brasil em 1822.

Assim como a Ilustração favoreceu a aplicação social da poesia, voltando-a para uma visão construtivista do país, a independência desenvolveu nela, no romance e no teatro, o intuito patriótico, ligando-se deste modo os dois períodos, por sobre a fratura expressional, na mesma disposição profunda de dotar o Brasil de uma literatura equivalente às europeias, que exprimisse de maneira adequada a sua realidade própria ou como então se dizia, “uma literatura nacional”. (CANDIDO, 1997b, p. 11)

Candido (1997b) explica que a Independência influenciou diretamente a ideia romântica ao menos em três sentidos: no desejo de expressar novos sentimentos, como o patriotismo, na vontade de encontrar novos modelos literários, nem clássicos nem portugueses, e na utilização da atividade intelectual como tarefa da construção nacional: “o Romantismo e o Nacionalismo legaram uma grande aversão pela retórica e poética dos neoclássicos, que pareciam representar o próprio código da escravidão literária” (CANDIDO, 1997b, p. 306).

Entretanto, o século XIX foi marcado por um dualismo: de um lado havia a busca romântica por uma expressão autenticamente brasileira e, de outro, a reprodução de escolas e estilos europeus, em especial o francês, como o Naturalismo, o Parnasianismo, o Realismo e o Simbolismo; entretanto, os regionalismos apareciam somente como temática, pois índios caboclos não eram produtores de literatura (ZILBERMAN, 1994a). Bosi (2010) explica que, a partir da década de 1860, a busca pela objetividade científica

levou os escritores a um distanciamento dos objetos e das pessoas: os mestres do pensamento objetivo eram os franceses (na literatura, na História e na Filosofia) e alguns autores portugueses, sendo que Machado de Assis teria buscado suas influências humorísticas nos ingleses.

O Realismo se tingirá de *naturalismo*, no romance e no conto, sempre que fizer personagens e enredos submetem-se ao destino cego das “leis naturais” que a ciência da época julgava ter codificado; ou se dirá *parnasiano*, na poesia, à medida que se esgotar no labor do verso tecnicamente perfeito. (BOSI, 2010, p. 178, grifos do autor)

Em relação aos Simbolistas, Candido (2010) afirma que herdaram dos parnasianos a paixão pelo efeito estético da poesia, mas que almejavam o sentimento de totalidade dos românticos. O autor questiona se o Simbolismo brasileiro surgiu provocado por motivos internos ou pela imitação dos franceses, explicando que seus poetas, tomados pelo sentimento antiescravista e antimonarquista, após a Lei Áurea e a Proclamação da República, voltaram-se à linha estética francesa.

Zilberman (1994a) afirma que o dualismo entre cultura nacional e estrangeira não foi resolvido pelos intelectuais do início do século XX, mas que esses produziram a arte mais original possível diante do contexto da época, abrindo caminho para os modernistas. De acordo com Bosi (2010), o surgimento do Modernismo brasileiro foi um acontecimento datado, publicado e aclamado: a Semana de Arte Moderna de 1922.

Segundo Bosi (2010), os homens de 22 (como Mário e Oswald de Andrade) e alguns de seus sucessores (como Drummond de Andrade e Cassiano Ricardo) e também seus antecessores (como Euclides da Cunha e Lima Barreto) tiveram sua consciência dividida entre a cultura ocidental e as necessidades de seu próprio povo; estes últimos autores fazem parte do movimento que se convencionou chamar de Pré-modernismo: “[...] tudo o que, nas primeiras décadas do século [XX], problematiza a nossa realidade social e cultural (BOSI, 2010, p. 327).

Veríssimo (1915) explica que desde 1870 já se notava a manifestação de obras pré-modernistas no Rio de Janeiro. No final do século XIX, o governo começa a criar políticas mais efetivas para a educação formal, traz professores do exterior para cadeiras de disciplinas novas, remodela cursos e currículos escolares e reforma instituições como a Biblioteca Nacional, o que influenciaria a formação dos novos intelectuais brasileiros

(VERÍSSIMO, 1915). A ampliação da instrução, dessa forma, tem impacto na forma como os intelectuais conseguem problematizar a realidade brasileira de forma crítica.

O Modernismo sofreu influências da arte europeia, pois muitos dos artistas da Semana de 22 estudaram e viajavam com frequência para aquele continente: [...] um grupo fixado na ponta da lança da burguesia culta [...]” (BOSI, 2010, p. 355). Segundo Zilberman (1994a), os efeitos da Primeira Guerra Mundial geraram repulsa, fazendo com que os literatos buscassem uma estética própria sem dívidas para com o modelo externo e tradicional:

[...] é a sedução do *irracionalismo*, como *atitude existencial e estética*, que dá o tom aos novos grupos, ditos modernistas, e lhes infunde aquele tom agressivo com que se põem em campo para demolir as colunas parnasianas e o academismo em geral. (BOSI, 2010, p. 325, grifos do autor)

Zilberman (1994a, p. 67), ao falar sobre Macunaíma, consegue sintetizar o tom da literatura modernista, ao nosso ver: “O país e o sujeito confundem-se num mesmo ser, e o produto é uma linguagem – e também uma poesia – que carrega o traço comum da autenticidade”. Entretanto, segundo Bosi (2010), a inconsistência ideológica dos grupos modernistas revela que esses intelectuais não possuíam conhecimento real sobre as condições socioculturais do Brasil.

Em 1930 se inicia a segunda fase do Modernismo, em que a prosa foi marcada pelo regionalismo bruto, pela aproximação da linguagem oral do brasileiro e pelo romance introspectivo, e a poesia passou por um aprofundamento da estética moderna, com exclusão da subjetividade do poeta (BOSI, 2010; ZILBERMAN, 1994a). Bosi (2010) ressalta que as décadas de 1930 e 1940 ficaram conhecidas como a era do romance brasileiro, com textos tanto regionalistas quanto urbanos.

A partir de 1945/1950, marcados pelo pós-guerra, inicia-se uma terceira fase do Modernismo que, influenciada pelo estruturalismo e pelos meios de comunicação de massa, resulta na poesia concreta (BOSI, 2010). Nos anos 1960, a poesia começa a ganhar uma conotação mais política, devido à insatisfação com a situação social do país; com forte ligação com a música, pois entre os poetas estavam diversos compositores (ZILBERMAN, 1994a). Na década de 1970, os poetas resgataram o intimismo, influenciados por temas como as pressões da vida urbana (ZILBERMAN, 1994a).

Foi sobretudo durante os anos agudos do Modernismo, entre 1920 e 1950, que a poesia brasileira experimentou e resolveu as questões relativas à necessidade de encontrar uma verdadeira manifestação nacional. Entendeu-a como pesquisa de linguagem e autenticidade de representação interior, solucionando o dualismo herdado do passado, continuou pesquisando novas modalidades de expressão, em que se inclui a procura de novas formas que aproximem a poesia da linguagem oral. (ZILBERMAN, 1994a, p. 70)

A aproximação da linguagem oral, coloquial, talvez seja a principal marca da consolidação da Literatura Brasileira: se a língua é a base da literatura, se não pode haver literatura sem língua própria, é a língua brasileira que justifica e afirma a existência de um sistema literário próprio, o qual pode e deve ser desvinculado da Literatura Portuguesa.

O final do século XX e início do século XXI pode ser chamado de período pós-moderno, apesar de toda controvérsia que esse termo gera. Segundo Chamberlain (1993) o pós-modernismo literário teria sido criado pelos críticos literários. Para esclarecer o que seria literatura pós-moderna, sem adentrar na questão da definição da pós-modernidade, destacamos a afirmação de Chamberlain (1993, p. 595), segundo o qual:

[...] a condição pós-moderna é caracterizada por uma crise epistemológica que não se pode resolver pela recorrência aos discursos mestres do passado - a doutrina religiosa, a ciência, o marxismo, a psicanálise - só sendo possível, no mundo de hoje em dia, não o consenso estável dos tempos idos e sim apenas os consensos provisórios, locais [...]

Chamberlain (1993, p. 602) explica que o traço marcante da pós-modernidade brasileira é o discurso ambivalente, fenômeno tão contraditório que se torna problemático defini-lo, sendo impossível afirmar que se trata de uma estrutura de elementos coesos: “Constituirá um novo paradigma literário e cultural, como afirmam alguns críticos? Ou será, antes, fabrico da própria crítica literária ou cultural [...]?”. Essa sistematização ficará para as próximas gerações.

2.1 LITERATURA, LINGUAGEM E IDEOLOGIA

Durante o processo de realização deste trabalho, foram levantadas reflexões sobre as relações entre a literatura, linguagem e ideologia e como tudo isso se revela na classificação bibliográfica, em especial na CDU, o que suscitou discussões muito

profundas, mas que não caberiam em um texto tão sintético como um artigo. Entretanto, esboçamos um breve paralelo que foi pensado na inter-relação desses elementos. Segundo Sardagna (2015), a literatura brasileira foi vista como inferior e relegada à marginalização em relação à literatura europeia, sendo seu “grito de independência” dado apenas no Modernismo.

Em suma, trata-se de um movimento abrasileirador da cultura. Para isso, havia necessidade premente do rompimento com as estéticas arcaicas do belo discurso, a linguagem classicizante, a eloquência, para aderir à linguagem dos vários segmentos da sociedade, reconstruindo a cultura brasileira, discutindo o elemento nacional e popular na produção literária. De um modo geral, a nova estética literária assume uma tonalidade crítica, inclusive no que concerne às desigualdades, a exemplo dos grandes proprietários de terras, de indústrias, a burguesia, os exploradores – de um lado – os operários, a miséria, os imigrantes, os explorados – de outro. (SARDAGNA, 2015, p. 83)

Como a literatura é uma manifestação da linguagem, certos autores a concebem a partir de uma ótica social, como Roland Barthes (1978), segundo o qual a literatura é uma trapaça linguística que ocorre quando se coloca a língua fora do poder, em uma revolução que nos dá liberdade de fala. Para o autor, o fascismo linguístico existe não quando se impede de dizer, mas quando se obriga a dizer, dito de outro modo, quando a linguagem é imposta.

Segundo Barthes (1978. p. 12) “a linguagem é uma legislação, a língua é seu código. Não vemos o poder que reside na língua, porque esquecemos que toda língua é uma classificação, e que toda classificação é opressiva.” A classificação bibliográfica é uma linguagem (documental), sua língua é o código notacional e seu poder reside em classificar o mundo ao ordenar os registros do conhecimento. Ocorre que a língua é um fenômeno ideológico no sentido bakhtiniano, pois não existe ideologia sem signo, por isso não se pode separar linguagem e ideologia. O signo ideológico reflete ou refrata uma outra realidade, sendo-lhe fiel ou infiel (MARIANO; SOUSA, 2003).

Bosi (1995, p. 279) explica que “a literatura dissemina. A ideologia fixa cada signo e cada idéia em *seu devido lugar*, fechando, sempre que pode, o universo do sentido”. Aí enxergamos a ideologia da classificação bibliográfica, que fixa o universo de sentido literários ao ordená-los.

Ainda de acordo com Barthes (1978), a literatura possui algumas forças, entre elas a semiótica de conseguir jogar com os signos. Em vez de destruir os signos, podemos

brincar com eles. Dessa forma, a proposta deste trabalho é jogar com os signos classificatórios da CDU, não os destruir ou propor alterações que devem ser incorporadas pela UDC Consortium. Seu intuito é pedagógico, ao utilizar esse jogo semiótico como força de aprendizagem sobre a teoria da classificação bibliográfica e seu sentido ideológico, na tentativa de pensar formas de desmarginalizar a literatura brasileira.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa é de cunho qualitativo, pois visa a verificar a possibilidade de personalizar a Classificação Decimal Universal, a fim de permitir que as obras da Literatura Brasileira sejam ordenadas lógica e fisicamente de modo a respeitar suas particularidades estético-literárias e históricas, destacando-se da Literatura Portuguesa. Em relação aos objetivos, este trabalho é do tipo exploratório, pois visa a ampliar a compreensão sobre os procedimentos para a classificação da Literatura Brasileira em bibliotecas a partir da utilização da Classificação Decimal Universal. Para Gil (2002, p. 41):

Estas pesquisas têm como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer que estas pesquisas têm como objetivo principal o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. Seu planejamento é, portanto, bastante flexível, de modo que possibilite a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fato estudado.

Quanto aos procedimentos adotados, a pesquisa é do tipo experimental, tendo em vista que o objeto de estudo foi manipulado pelos pesquisadores, a fim de ser testado em um acervo real de biblioteca. A pesquisa experimental:

[...] consiste em determinar um objeto de estudo, selecionar as variáveis que seriam capazes de influenciá-lo, definir as formas de controle e de observação dos efeitos que a variável produz no objeto. Trata-se, portanto, de uma pesquisa em que o pesquisador é um agente ativo, e não um observador passivo. (GIL, 2002, p. 48)

Assim, foram propostas novas subdivisões para Literatura Brasileira (variáveis), a fim de observar se as obras poderiam ser arranjadas de forma alternativa, de modo a representar sua evolução estética e história (controle e observação dos efeitos).

Primeiramente, para a construção do referencial teórico, foram feitos levantamentos bibliográficos sobre teoria e prática da Classificação Bibliográfica e sobre teoria e história da Literatura Brasileira.

A Classificação Decimal Universal subdivide a literatura conforme sua língua, partindo da síntese entre a classe '821 Literatura das diversas línguas'. A síntese pode ser realizada utilizando-se subdivisões da 'Tabela 1c auxiliares comuns de língua =... (igual)', substituindo-se o sinal de igual (=) por ponto, dando origem à notação 821.134.3 (literatura em língua portuguesa). Pode-se acrescentar auxiliar comum de lugar, como por exemplo, (81), formando 821.134.3(81), ou seja, literatura em língua portuguesa do Brasil. Outra alternativa é, segundo exemplos da CDU, representar o assunto como 821(81), que resulta em literatura brasileira em geral.

Inicialmente, pensou-se em acrescentar os períodos literários após a notação 821.134.3(81) ou após 821(81). Entretanto, isso resultaria apenas na criação de uma tabela auxiliar. Mas como a proposta da atividade da disciplina era criar uma classificação totalmente nova ou baseada em uma já existente, decidiu-se por partir de uma nova subclasse, para sua posterior modulação.

Após o estudo da Classe 800 da edição de 1997 da CDU (UDC Consortium, 1997), foi proposta uma nova classificação, com base nas divisões da Literatura Brasileira citadas por Bosi (2010) e Candido (1997a; 1997b). Ressalta-se que não obtivemos acesso à edição mais recente da CDU, sendo utilizada a versão mais atual disponível à época do trabalho.

A classificação criada foi então testada na Biblioteca da Diretoria de Ensino da região de São Carlos, quando os livros de literatura foram reclassificados. Esta unidade funciona como um espelho das bibliotecas escolares do Ensino Oficial do Estado de São Paulo, daí sua escolha frente à proposta de reflexão sobre o potencial educativo da ordenação.

Ressalta-se que a reclassificação foi feita apenas a título de teste e observação, ou seja, não foram alterados os registros do catálogo ou as etiquetas nos itens. Para simular as etiquetas de número de chamada e observar o novo arranjo obtido, foram empregadas folhas de bloco autoadesivo (*post-it*[®]).

A simulação revelou a necessidade de inserção de novos gêneros literários e alguns pequenos ajustes na subdivisão hierárquica, resultando na subdivisão da classe 800 e na criação de uma tabela auxiliar de gêneros, os quais serão descritos a seguir.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Verificou-se que a adaptação da classe 800 da CDU para dar suporte à representação dos traços estéticos e históricos da Literatura Brasileira pode ser empregada tanto em bibliotecas especializadas quanto não especializadas.

Primeiramente, testou-se aplicar subdivisões dentro da classe 821, o que não foi possível executar, tendo em vista que o novo número poderia coincidir com outras notações criadas a partir da síntese de 821 e outras subdivisões. Para a solução desse problema, decidiu-se utilizar a subclasse 83, tendo em vista que essa subdivisão está vaga.

Assim, empregou-se a notação 83 para representar o conceito Literatura por País. A partir da notação (81) – auxiliar de lugar, região ou país referente ao Brasil – formou-se Literatura Brasileira com notação 83.81, excluindo-se os parênteses. O mesmo foi feito para a divisão de literatura para outros países sul-americanos, a fim de testar a aplicação desse procedimento. Dessa forma, é possível afirmar que a CDU poderia prover uma alternativa simples e eficaz para dar às bibliotecas a possibilidade de representar as particularidades de sua literatura local.

Para a subdivisão, foram utilizados os conceitos da teoria de classificação bibliográfica de Ranganathan (SOUSA, 2018):

- **Plano das ideias:** processo de análise do campo de assunto em suas partes componentes.
- **Plano verbal:** escolha da terminologia apropriada para comunicar cada parte componente abrangida no plano das ideias.
- **Plano notacional:** processo de expressão desses componentes por intermédio de notações.

Tendo como base a notação 83.81, foram empregadas como princípio de divisão as fases da Literatura Brasileira encontradas no levantamento bibliográfico, o que resultou na seguinte classificação (Quadro 1):

Quadro 1 - Classificação para Literatura Brasileira

8 LÍNGUA. LINGUÍSTICA. LITERATURA

83 Literatura por País

83.81 Literatura Brasileira

83.811 Era colonial ou período de formação (1500-1750)

83.811 1 Quinhentismo (séc. XVI)

83.811 11 Literatura/crônicas de informação

83.811 12 Literatura jesuítica

83.811 2 Barroco (séc. XVII)

83.811 3 Arcadismo ou Neoclassicismo (séc. XVIII)

83.811 31 Momento poético (Arcádia)

83.811 32 Momento ideológico (Ilustração)

83.812 Período de transição (1808-1836) ou período de desenvolvimento autônomo (1750-1830)

83.813 Período nacional

83.813 1 Romantismo

83.813 11 Primeira geração romântica: 1840/50 – indianista ou nacionalista.

83.813 12 Segunda geração romântica: 1850/60 – byroniana (idealismo e melancolia).

83.813 13 Terceira geração romântica: 1860/70 – condoreira, social ou hugoana, abolição e a república.

83.813 2 Realismo (Segunda metade do séc. XIX)

83.813 3 Naturalismo (Segunda metade do séc. XIX)

83.813 4 Parnasianismo (Fins do séc. XIX)

83.813 5 Simbolismo (Fins do séc. XIX)

83.813 6 Pré-modernismo (Primeiras décadas do séc. XX)

83.813 7 Modernismo (1922/30)

83.813 71 Primeira fase – Semana de Arte Moderna e Revolucionário 1922/30

83.813 72 Segunda fase (ou tendências contemporâneas) – 1930/45: a Era Vargas, Lampião e o cangaço no sertão. Neorrealismo, Literatura regional

83.813 73 Terceira fase – Geração de 1945/60: comportamentos e atitudes do ser humano. Redemocratização do Brasil. A ditadura militar no Brasil. (Guimarães Rosa, Clarice Lispector, Nelson Rodrigues).

83.813 74 Quarta fase/geração (Pós-modernismo) – (Déc. 60 até 1990). Inclui Tropicalismo, Concretismo, Neoconcretismo (fins da década de 50 no Rio de Janeiro, em oposição ao Movimento Concretista, de São Paulo), Poesia-Práxis, Poesia Marginal e Poema Processo.

83.813 8 Tendências pós-modernas (1990 adiante)

Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Nota: Decidiu-se utilizar a subclasse 83, tendo em vista que essa subdivisão está vaga, garantindo não haver coincidência com outras notações.

Um dos principais desafios notados durante o processo de elaboração da classificação foi a decisão sobre a sequência das partes componentes levantadas no plano das ideias. Para a sequenciação, foram usados seis princípios para a sequência útil dentre os oitos criados por Ranganathan (GOMES; MOTTA; CAMPOS, 2006).

- **Complexidade crescente:** cada divisão acrescentou maior complexidade, resultando em uma hierarquia organizada do elemento mais abrangente ao mais específico.
- **Posterior-na-evolução:** seguiu a transformação progressiva dos desenvolvimentos dos fenômenos literários no país.
- **Posterior-no-tempo:** teve como base a divisão cronológica, ou seja, do período literário mais antigo ao mais recente.
- **Sequência canônica:** utilizou a ordenação já consagrada pela tradição, no caso, os estudos literários.
- **Garantia literária:** baseou-se na quantidade de obras literárias já publicadas e, também, nas pesquisas já desenvolvidas sobre o assunto.
- **Ordem alfabética:** empregada quando da não possibilidade de uso de outro princípio.

Em relação à sequência canônica, decidiu-se apresentar as subdivisões conforme o empregado nos livros didáticos de Literatura Brasileira, mas também abranger os dois primeiros períodos tal como citados por Romero (1949), a fim de prover duas alternativas, por exemplo: a biblioteca poderá optar por englobar no primeiro período as obras escritas até 1808 ou as criadas até 1750, conforme Romero, de acordo com o alinhamento da organização ou dos seus usuários.

Em relação às **Subdivisões auxiliares especiais para formas e gêneros literários 82-1/-9**, presentes na CDU, decidiu-se por não utilizá-las, mas prover subdivisões de base alfabética, a fim de verificar uma possível simplificação na inserção de aspectos ligadas ao gênero, tendo em vista que o objetivo do trabalho é prever um possível potencial educativo da classificação. Como os testes foram realizados em uma biblioteca espelho da rede estadual de ensino do estado de São Paulo, pensou-se na notação alfabética como alternativa mais simples para o público de estudantes e professores da Educação Básica. Dessa forma, foi criada uma Tabela Auxiliar de Gêneros Literários, a fim de possibilitar o detalhamento das características formais dos diversos textos. Para a síntese, deve-se primeiramente empregar a notação de literatura e, em seguida, acrescentar o sinal gráfico de asterisco (*) e a subdivisão de gênero literário, tendo em vista que essa se trata de um símbolo externo à CDU. Assim, por exemplo, para sonetos da terceira fase do Modernismo, obtém-se 831.373*LSo. O Quadro 2 mostra os auxiliares de gênero literário:

Quadro 2 - Tabela Auxiliar de Gêneros Literários

Coletânea *CCo
Antologia *CAn
Miscelânea *CMi
Dramático *D
Auto *DAu
Comédia *DCo
Farsa *DFa
Monólogo *DMo
Tragédia *DTr
Tragicomédia *DTc
Líricos *L
Acróstico *LAc
Écloga *Lecl
Elegia *LEl
Epopéia *LEp
Haicai *LHa
Hino *LHi
Ode *LOd
Poesia *LPo
Sátira *LSa
Soneto *LSo
Narrativo *N
Conto *Nco
Crônica *NCr
Ensaio *NEn
Fábula *NFá
Jornalismo literário (ou livro reportagem) *NJJo
Memórias *NMe
Novela *NNo
Romance *NRo

Fonte: elaborado pelos autores (2021).

Ressalta-se que foi necessário inserir a categoria Coletânea, a fim de dar conta de representar obras compostas por textos de diferentes autores e gêneros textuais. Como há certa confusão entre os conceitos de coletânea, antologia e miscelânea, convém ressaltar as definições adotadas nesta pesquisa.

Segundo o glossário do Código de Catalogação Anglo-americano (2004, apêndice D-2), a coletânea é formada por

1. Três ou mais obras independentes, ou partes de obras de um único autor publicadas juntas.
2. Duas ou mais obras independentes, ou partes de obras de mais de um autor publicadas conjuntamente, mas não escritas para a mesma ocasião ou para a publicação que está sendo catalogada.

Assim, percebe-se que a reunião de mais de três obras de um mesmo autor e a reunião de pelo menos duas obras de autores diferentes são tratadas como coletânea. Devido seu sentido mais amplo, coletânea foi utilizada como categoria para abarcar os diferentes tipos de obras publicadas quando da reunião de textos.

A palavra antologia é usada para designar várias coisas e tem sua origem na língua grega. De acordo com o Dicionário Michaelis (2020, online), a palavra ‘antologia’ pode ser atribuída à:

1 BOT Parte da botânica que estuda as flores. 2 Coleção de flores; florilégio. 3 LIT Coletânea de textos literários, em prosa ou verso, selecionados das obras de autores célebres, dispostos segundo critérios diversos: tema, época, autoria etc.; seleção, seleta. 4. LIT Exemplar que contém essa seleção.

Nesta pesquisa, empregamos a definição de Pombo (2000) e Santana (2006), segundo as quais antologia se trata de uma reunião de textos sobre um determinado assunto ou autor, atentando, também, para a menção que o dicionário faz da celebridade do autor que está sendo compilado.

Pombo (2000) salienta que tal reunião não deve ser de “estudos críticos, discursos de segunda mão, comentários de comentários, mas palavras que alcançaram a excelência, a durabilidade e a clareza que fazem delas referências incontornáveis” (POMBO, 2000, p. 1). Segundo Santana (2006), uma antologia pode ser acompanhada de notas e comentários.

Vale ressaltar, que o termo antologia só começou a ser atribuído às obras literárias após o século XVIII, isso porque, anteriormente, eram empregados vocábulos como: ‘cancioneiro’, ‘flores’, ‘florilégio’, ‘romanceiro’, ‘silva’ e ‘silvas’ para se referir a uma coleção de textos literários” (SANTANA, 2006).

Cipriano (2018) e Santana (2006) afirmam que a mais antiga antologia ocidental é a de Meleagro, poeta nascido em Gadara na Grécia Antiga. Sua criação ‘Antologia Grega’, são poemas reunidos no século I a.C. As autoras relatam, ainda, que com o passar dos séculos, foram incorporados outros escritos de Meleagro, fazendo com que sua obra aumentasse até o século XIV.

Sendo assim, podemos considerar a antologia como uma obra organizada de acordo com critérios estipulados pelo organizador/editor/coordenador, com a finalidade de reunir textos de autores consagrados.

De origem latina (*miscellanea*), *miscelânea* significa “coisas misturadas” e serve para designar uma coleção de escritos, obras, títulos ou textos dispersos que se organizam num mesmo volume ou fichero. Armazenam-se, em *miscelânea*, geralmente as obras ou títulos que não foram possíveis de organizar em antologia temática, em monografias ou em obras coletivas com índice organizado por seções temáticas específicas, ou seja, usa-se a *miscelânea* para a publicação de títulos que não couberam em outras categorias (CEIA, 2010). Assim, pode-se dizer que, diferentemente da antologia, a *miscelânea* é a compilação de textos variados, frequentemente de autores diversos e sem a necessidade de haver uma temática comum aos escritos.

O teste realizado na coleção de Literatura Brasileira da Diretoria de Ensino de São Carlos resultou em uma ordenação dos documentos completamente diferente da produzida pela versão original da CDU, exigindo a realocação de todos os itens nas estantes. Ressalta-se que a ordem de arquivamento seguiu as regras originais da CDU. O arranjo permitiu revelar a evolução da Literatura Brasileira, criando uma sequência que mostra os períodos literários, suas escolas, gêneros e autores e facilitando a consulta direta no acervo, uma vez que o usuário que tem conhecimentos sobre Literatura Brasileira poderá compreender a organização das estantes de modo bem rápido. Além disso, o usuário que não conhece os períodos, escolas e gêneros literários, frente a essa ordenação, terá um panorama sobre a literatura do país, servindo a classificação como elemento educativo.

Ressaltamos que não consideramos representar os períodos utilizando auxiliares de tempo, pois a estética literária não se resume a períodos meramente cronológicos. Podem coexistir estéticas em uma mesma época ou autor, como ocorreu com Romantismo e o Realismo, por exemplo. Além disso, a literatura do final do século XX e século XXI é tão multifacetada que utilizar aspectos cronológicos pode ser um risco, ao colocar em um mesmo lugar coisas esteticamente tão díspares.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na aplicação da presente proposta de ampliação da Classificação Decimal Universal (CDU) enquanto potencial educativo da ordenação do acervo em uma biblioteca escolar, apresentou-se a necessidade de inserção de novos gêneros literários, bem como ajustes na subdivisão hierárquica e criação de tabela auxiliar de gêneros, sendo sugerida uma

nova classificação, após o estudo da Classe 800. Esta nova classificação objetivou acrescentar novas subdivisões para a Literatura Brasileira, com a finalidade de representar as variáveis e períodos que surgiram ao longo do tempo até as literaturas atuais que, daqui a alguns séculos e fundamentadas em estudos de futuras gerações, tendem a enquadrarem-se em novo(s) período(s) literário(s) emergentes, dado o contexto da época vigente, para posterior organização, tendo em vista a importância da ordenação de recursos bibliográficos em acervos, em consonância a sua tipologia.

Com base nos estudos e discussões apresentados nesta pesquisa, é possível afirmar que esta proposta de ampliação possui alto potencial de aplicação em coleções literárias, contribuindo diretamente com a demanda de conhecimento ao que se refere ao assunto, uma vez que o usuário, ao visualizar acervos com obras referentes às fases da Literatura Brasileira dispostas e organizadas de acordo com a classificação proposta, poderia ampliar sua visão sobre o tema, bem como possibilitar maior aprofundamento na literatura referente ao Brasil, ressaltando os principais autores brasileiros representantes de cada fase literária, acrescida de uma significativa redução do tempo de busca no acervo. Ainda por este prisma, sugeriu-se, também, uma possível inserção da literatura indígena, permitindo ao usuário relacionar diferentes estilos literários que traduzam a pluralidade cultural brasileira.

Estas deferências permaneceram consideráveis e abrangeu o escopo abordado, porém, com a adaptação necessária feita, dado o contexto teste/observação simulado na Biblioteca da Diretoria de Ensino da cidade de São Carlos-SP, torna-se também relevante trazer continuidade para as considerações a partir da readaptação da análise teórica e prática da proposta de ampliação da Classificação Decimal Universal (CDU) para a Literatura Brasileira. A pesquisa foi feita no contexto de uma disciplina do curso de graduação em Biblioteconomia, não tendo o objetivo de ser aplicada, mas sim ampliar a compreensão sobre a prática da classificação bibliográfica, objetivo que foi atingido por completo.

Ainda assim, nota-se que, de acordo com Ortega (2013), apesar de sua relevância, o tema da ordenação do acervo não tem despertado o interesse dos pesquisadores na atualidade, além da falsa ideia de que essa questão está completamente resolvida. Entretanto:

A ordenação de documentos em serviços de informação exerce papel primordial na promoção do uso qualificado da informação, pois se constitui em proposta de modo de leitura, influenciando nas possibilidades de interpretação dos usuários, além de propiciar o controle dos documentos e seu acesso. Práticas de ordenação de documentos são tão antigas quanto as próprias bibliotecas ou os primeiros ensaios destas. Entretanto, sua historicidade e arcabouço conceitual são, por vezes, negligenciados em favor de uma abordagem mais imediatista que restringe o significado da atividade. (ORTEGA, 2013, p. 2)

Dessa maneira, dá-se a importância da ordenação de documentos em unidades de informação, temática intrinsecamente relacionada à proposta abordada no contexto de Literatura Brasileira e sua classificação, como potencial para propiciar melhor acesso, interpretação, compreensão, conhecimento e também utilização dessa informação literária do país, intermediada pelos processos de organização da informação, aplicação da ordenação e classificação, bem como dos demais serviços, instrumentos auxiliares ou procedimentos normativos de maneira a representar, recuperar e garantir acesso do usuário a esses produtos informacionais.

Por este viés, acredita-se que, o rearranjo da literatura brasileira em relação à versão original da CDU, permitirá visualizar os períodos da literatura em sequência, bem como suas escolas literárias, de modo a facilitar a correlação usuário-acervo, por meio da consulta direta a partir dos conhecimentos de Literatura Brasileira adquiridos em período escolar, de maneira, a compreender, em primeiro momento, a ordenação realizada nas estantes. Ainda assim, para o usuário que não obteve acesso ou desconhece os períodos da Literatura Brasileira, a ordenação da nova proposta de classificação virá a servir de conhecimento histórico e panorama literário, sendo, em ambos os casos, de simples compreensão, atribuindo facilidade e clareza ao usuário e contribuindo ao amplo grau informativo que a literatura em si já abarca e que será disposta pela classificação, mais uma vez, como base na formação educativa e cultural do usuário frente ao recurso informacional e sua lógica de ordenação.

Quanto às subdivisões por país, a proposta não seria fazer essa ampliação para cada localidade, ampliando a CDU infinitamente, mas sim alertar para essa possibilidade para uso local. Por exemplo: em uma biblioteca especializada em literatura latino-americana, em vez de classificar tudo como literatura de língua espanhola, pode-se ordenar o acervo por país, criando subdivisões literárias condizentes com os aspectos estilísticos de cada nação.

Entretanto, ressaltamos que a criação de uma nova classe e subdivisões e a elaboração de uma tabela extra não tem potencial de ser incorporada no sistema CDU, o intuito mais amplo deste trabalho é encetar discussões sobre a ideologia presente nos sistemas de classificação bibliográfica e atentar para a necessidade e a possibilidade de discutir e criar novos sistemas.

Por fim, é importante ressaltar que a elaboração da atividade no contexto de uma disciplina introdutória sobre representação temática se mostrou eficaz para o estudo da teoria classificatória, tendo em vista que os alunos puderam aprender a partir de um projeto de interesse pessoal, podendo articular teoria e prática como estratégia de aprendizagem. A disciplina não tem o intuito de ensinar Classificação Decimal Universal, mas os alunos puderam antecipar um pouco desse conteúdo, o que também contribuiu no aprendizado de outras disciplinas da área de organização da informação.

REFERÊNCIAS

- BARTHES, Roland. **Aula**: aula inaugural da cadeira de semiologia literária do Colégio de França. Tradução e posfácio de Leyla Perrone-Moisés. São Paulo: Cultrix, 1978.
- BOSI, Alfredo. Formações ideológicas na cultura brasileira. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 9, n. 25, p. 275, 293, 1995. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/wwDqYLCpWSbFkR9M5jsF64B/?lang=pt>. Acesso em: 09 jul. 2021.
- BOSI, Alfredo. **História concisa da Literatura Brasileira**. 47. ed. São Paulo: Cultrix, 2010.
- CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**. 8. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997a. v. 1.
- CANDIDO, Antonio. **Formação da Literatura Brasileira**. 8. ed. Belo Horizonte: Itatiaia, 1997b. v. 2.
- CEIA, Carlos. Miscelânea. E-dicionário de termos literários. 2010. Disponível em: <https://edtl.fcsb.unl.pt/encyclopedia/miscelanea/>. Acesso em: 01 nov. 2018.
- CHAMBERLAIN, Bobby J. Pós-modernidade e a ficção brasileira dos anos 70 e 80. **Revista Iberoamericana**, Pittsburgh, v. 59, n. 164-165, p. 593-604, jul./dici. 1993. Disponível em: <http://revista-iberoamericana.pitt.edu/ojs/index.php/Iberoamericana/article/viewFile/5174/5332>. Acesso em: 06 ago. 2020.
- CÓDIGO de catalogação anglo-americano. 2. ed. Revisão de 2002. São Paulo: FEBAB, Imprensa Oficial, 2004.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GOMES; Hagar Espanha; MOTTA, Dilza Fonseca da; CAMPOS, Maria Luiza de Almeida. Revisitando Ranganathan: a classificação na rede. **Conexão Rio**: BITI (website), [2006]. Disponível em: <http://www.conexaorio.com/bitl/revisitando/revisitando.htm>. Acesso em: 28 abr. 2019.

MARIANO, Maria Irene Lima; SOUSA, Socorro Cláudia Tavares de. Linguagem e ideologia: uma perspectiva marxista. In: ENCONTRO NACIONAL DE CIÊNCIAS DA LINGUAGEM APLICADAS AO ENSINO, 2., 2003, João Pessoa, PB. **Anais [...]** João Pessoa: Idéia, 2003. Disponível em: <http://www.leffa.pro.br/tela4/Textos/Textos/Anais/ECLAE II/linguagem%20e%20ideologia/principal.htm>. Acesso em: 09 jul. 2021.

MICHAELIS. Disponível em: <https://michaelis.uol.com.br/>. Acesso em: 06 ago. 2020.

ORTEGA, Cristina Dotta. A ordenação de documentos como atividade de organização da informação: proposta de fundamentação e atualização. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013. **Anais [...]**. Florianópolis: ANCIB, 2013. Disponível em: <http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xivenancib/schedConf/presentations>. Acesso em: 28 abr. 2019.

PIEIDADE, Maria Antonieta Requião. **Introdução à teoria da classificação**. 2. ed. Rio de Janeiro: Interciência, 1978.

POMBO, Olga. Notas de leitura de à margem de uma antologia. **Philosophica**, v. 16, n. 1, p. 135-140, 2000. Disponível em: <http://cfcul.fc.ul.pt/biblioteca/online/pdf/olgapombo/notasdeleitura.pdf>. Acesso em: 25 out. 2018.

SIMÕES, Maria da Graça. **Classificação Decimal Universal**: fundamentos e procedimentos. Coimbra: Almedina, 2008.

ROMERO, Silvio. **História da Literatura Brasileira**. 4. ed. São Paulo: José Olympio, 1949.

SANTANA, Ana Lucia. Antologia. **InfoEscola**: navegando e aprendendo. 2006. Disponível em: <https://www.infoescola.com/literatura/antologia/>. Acesso em: 01 nov. 2018.

SARDAGNA, Célio Antonio. Literatura brasileira: dependência e libertação. **Signo**, Santa Cruz do Sul, v. 40, n. 69, p. 79-87, jul./dez. 2015. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/signo/article/view/6555>. Acesso em: 09 jul. 2021.

SOUSA, Raquel Juliana Prado Leite de. **Representação temática**: classificação. Batatais: Claretiano, 2018.

UDC Consortium. **Classificação Decimal Universal**: edição-padrão internacional em língua portuguesa. Brasília: IBICT, 1997.

UDC Consortium. **UDC fact sheet**. 2018. Disponível em: <http://www.udcc.org/index.php/site/page?view=factsheet>. Acesso em: 23 abr. 2018.

VERÍSSIMO, José. **História da Literatura Brasileira**. Lisboa: Atlântico, 1915.

ZILBERMAN, Regina. **Literatura Brasileira contemporânea**: a busca da expressão nacional. Anos 90, Porto Alegre, n. 2, maio 1994a. Disponível em: www.seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/6125. Acesso em: 23 abr. 2018.

ZILBERMAN, R. A fundação da Literatura Brasileira. **Revista Brasileira de Literatura Comparada**, São Paulo, v. 2, n. 2, p. 59-68, 1994b.

AGRADECIMENTOS

À Diretoria de Ensino da região de São Carlos, pela acolhida durante os testes de aplicação da classificação proposta.

Recebido em: 06 de agosto de 2020
Aprovado em: 05 de agosto de 2021
Publicado em: 02 de novembro de 2021